

49



U ELREY. Faço saber aos que este Alvará de declaração, e ampliação virem: Que attendendo a me representar a Junta da Administração da Companhia Geral do Grao Pará, e Maranhao, que nao obstantes as providencias com que até o presente se tem procurado obviar as fraudes, travessas, e contrabandos prejudi-

ciaes ao Commercio exclusivo, que fui servido conceder á mesma Companhia pelo Paragrafo vinte e dous da sua Instituiçao; para que nenhuma pessoa possa mandar, ou levar ás Capitanías do Grao Pará, e Maranhao, nem dellas extrair mercadorias, generos, ou frutos alguns, mais do que a mesma Companhia; se tem obstinado alguns particulares em commetter os referidos contrabandos, como se tem experimentado neste Reino em varias tomadias, que pela Casa da India se fizeram nos annos proximos passados, e proximamente em huma, que se fez de grande numero de saccas de Cacáo, que foram achadas em huma das Tercenas, sitas na Praia adjacente ás Freguezias de Santos: Que o mesmo descaminho tem achado os Administradores da Companhia naquelle Estado, fazendo-se-lhe manifesto pelas avultadas remessas que delle vem: E querendo evitar a continuação de similhantes fraudes: Determino, que os Juizes Conservadores da mesma Companhia nesta Cidade de Lisboa, e nas de Belem do Grao Pará, e de Sao Luiz do Maranhao, gozando da mesma jurisdicção, que compete ao Conservador da Junta do Commercio pelo Capitulo dezasete dos seus Estatutos, e pelos Alvarás de vinte e seis de Outubro, e quatorze de Novembro de mil setecentos e cincoenta e sete, que o declararam, e amplearam, pratiquem em tudo o que forem applicaveis as mesmas Providencias, que se contém nos referidos Estatutos, e Alvarás: Devassando, e tendo huma Devassa sempre, e continuamente aberta dos Contrabandos, e Travessias, que se fizerem contra a Companhia: E procedendo contra os que os commetterem, nos termos summarios, e de plano, com as penas de perdimento dos generos, e mercadorias, que lhes forem apprehendidas, e de outro tanto, quanto importar o valor dellas; ametade a favor dos denunciantes, em premio do seu zelo; e a outra ametade a favor da mesma Companhia em compensação dos prejuizos, que lhe rezultam dos referidos Contrabandos, e Travellias;

vessias; praticando-se a este respeito com a mesma Companhia Geral do Grao Pará, e Maranhao o mesmo que sui servido determinar a favor da Companhi a Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro no Paragrafo vinte e quatro da sua Instituição. Determino outro sim, que os generos, e mercadorias apprehendidas por quaesquer Guardas, e Officiaes, que sejam, serao sempre vendidas neste Reino pela Junta da Administração da mesma Companhia: E no Estado do Grao Pará, e Maranhao pelos Administradores da dita Companhia; ficando estes, e a sobredita Junta obrigada a pagar á Minha Real Fazenda os direitos devidos nas respectivas Alfandegas, e Casas de Despacho; e aos Denunciantes a ametade do liquido da venda dos generos, e mercadorias apprehendidas, e da sua importancia, no caso em que a cheguem a cobrar pelas execuçõens, que se fizerem aos culpados nos ditos Contrabandos.

E este se cumprirá como nelle se contém: Pelo que mando á Mesa do Desembargo do Paço, Conselho da Fazenda, Regedor da Casa da Supplicação, Desembargadores, Corregedores, Juizes, Justiças, e Officiaes dellas a quem o conhecimento deste pertencer, o cumprao, e guardem, e o façam cumprir, e guardar tao inteiramente como nelle se contém, sem embargo de quaesquer Leys, ou costumes contrarios, que todas, e todos Hei por derogados para este esfeito sómente, sicando alias em seu vigor: E ao Doutor Manoel Gomes de Carvalho do Meu Confelho, Desembargador do Paço, e Chanceller Mór destes Reinos mando, que o faça publicar na Chancellaria, e que delle se remetam copias a todos os Tribunaes: Registando-se em todos os lugares, onde se costumao registar similhantes Alvarás: E mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a vinte e sinco de Outubro de mil setecentos sessenta e dous.

REY

Conde de Oeyras.

A Lvará, por que V. Magestade ha por bem conceder aos Conservadores da Companhia Geral do Grao Porá, e Mara-



Maranhao, a mesma jurisdicção de que goza o Conservador da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios para se evitarem mais essicazmente os Contrabandos, que se fazem a dita Companhia: Determinando, que o producto das tomadias que se fizerem se applique ametade a favor dos Denunciantes, è a outra ametade a favor da mesma Companhia: Tudo na fórma assima declarada.

Para Vossa Magestade ver-

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no livro 1 da Companhia Geral do Grao Pará, e Maranhao a fol. 164 vers. Nossa Senhora da Ajuda a 3 de Novembro de 1762.

Joaquim Joze Borralbo.

Manoel Gomes de Carvalbo.

Foi publicado este Alvará na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 6 de Novembro de 1762.

Dom Sebastiao Maldonado.

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das Leys a fol. 214. Lisboa, 6 de Novembro de 1762.

Antonio Jozé de Moura.

Joaquim Jozé Borralho o fez.

CB 71-246.7 PB539 Warmser 1762 Oct 70 1-512E

71-246-82 Warmser



